



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
PROGRAMA DE LICENCIATURAS INDÍGENAS PROLIND
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA TUPINIKIM E GUARANI

LEONARDO PEREIRA DE SOUZA

**A COLETIVIDADE NA EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DO POVO
TUPINIKIM**

ESPIRÍTO SANTO
Aracruz - 2022

LEONARDO PEREIRA DE SOUZA

**A COLETIVIDADE NA EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DO POVO
TUPINIKIM**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado. Orientador:
professor Dr. Sando José da Silva

ESPÍRITO SANTO
Aracruz - 2022

Lista de figuras

Figura 1 - Mapa das Terras Indígenas e aldeias.....	9
Figura 2 - A Aliança Povo Tupinikim e Guarani Terras Indígenas, entre 1960 à 1967.....	11
Figura 3 - Assembleia Geral, MPF e Funai. Caieira Velha, 1992.....	14
Figura 4 - Assembleia Geral Tupinikim e Guarani 2005.	15
Figura 5 - Reunião entre lideranças indígenas. Planejamento Múltirão,1996 ..	16
Figura 6 - Anciãos participam das festividades em Caieiras Velhas. 2014.....	22
Figura 7 - Jovens participam das festividades em Caieiras Velhas. 2014.....	23
Figura 8 - Festividades em Caieiras Velhas. Em destaque Seu Olindo e Dona Zumira (+) 2014.....	24
Figura 9 - Manifestação na Aldeia Córrego do ouro, 2022	29
Figura 10 - Reunião de Planejamento de Sub Núcleo de Agricultura. Caieiras Velhas, 1996.	33
Figura 11 - Reunião em Caieiras Velhas para discussão do Acordo com a Aracruz Celulose. 1997(?)	36
Figura 12 - II Seminário sobre educação indígena. Caieiras Velhas, 1997.....	37

SUMÁRIO

Lista De Figuras.....	3
LISTA DE SIGLAS.....	6
Agradecimentos.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - RELATO HITÓRICO DOS TUNIPINIKIM NO TERRITÓRIO	12
1.1. O PAPEL DO “DIGITÓRIO” E O “MUTIRÃO” NA RECONSTRUÇÃO ÉTNICO SOCIAL DO POVO TUPINIKIM.....	15
1.2. A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS NA RETOMADA DO TERRITÓRIO TUPINIKIM	20
CAPÍTULO 2 - A IMPOTÊNCIA DA COLETIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO POVO TUPINIKIM	26
2.1. O ACORDO COM A EMPRESA ARACRUZ CELULOSE REINTEGRAÇÃO NAS AÇÕES COLETIVAS	30
2.2. O NISI EM BUSCA DE ALTERNATIVAS NAS ORGANIZAÇÕES DO TERRITÓRIO.....	32
CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NA PRODUÇÃO DA COLETIVIDADE E REORGANIZAÇÃO TUPINIKIM.	34
3.1 A AUTONOMIA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS TUPINIKIM E GUARANI NO PROCESSO DECISÓRIO NA AFIRMAÇÃO DA COLETIVIDADE.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA.....	40

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo descrever a “coletividade” como a principal elemento de fortalecimento na luta e conquista da terra indígena Tupinikim do norte do Espírito Santo. Trata-se de analisar o espírito de luta coletiva como principal fator que levou o nosso povo manter a vontade de lutar pelo seu território que, mesmo sofrendo a tantos massacres, o levou a reconquistar o seu território. A pesquisa foi realizada com entrevistas de lideranças e a construção de uma “linha do tempo” para descrever os principais momentos nas organizações indígenas.

Palavras-chave: Povo indígena Tupinikim, direitos, organização política, Espírito Santo (estado).

LISTA DE SIGLAS

AITCV - Associação Indígena Tupinikim Caieiras Velha

AITG - Associação Indígena Tupinikim e Guarani

COCAR - Instituto Indígena Cocar

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

COFAVI - Companhia de Ferro e Aço de Vitória

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

NISI - Núcleo Interinstitucional da Saúde Indígena

ONGS - Organizações não governamentais

Agradecimentos

Primeiramente, quero agradecer a Tupã (Deus), que me fortalece todos os dias. Agradeço a minha saúde e de toda minha família, Tupã cuidou de tudo e de todos os detalhes em toda trajetória desse curso.

Gostaria de agradecer de coração minha ESPOSA, Dina Pêgo de Souza, e as minhas filhas, Lara Evellin e Anawá. Por entenderem a minha correria e ausência em diversos momentos. Minha eterna gratidão a minha filha Lara Evellin, por ajudar a cuidar da nossa pequena Anawá, enquanto eu e sua mãe estudávamos.

Obrigado mãe, por batalhar e dedicar parte de sua vida cuidando de mim, e dar a educação e o amor para mim e meus irmãos.

Sou grato pelas orações diárias da minha sogra e meu sogro, por mim fazer entender a vontade de Tupã (DEUS) na minha vida, Gratidão hoje e sempre.

Meus agradecimentos para meus irmãos e irmãs, cunhadas, cunhados e sobrinhos, Pastores e ao Ministério Tupã Oka, que de uma forma ou de outra, deram força para que eu vencesse mais essa etapa da vida, vocês são fundamentais na minha vida.

Agradeço ao meu professor e orientador Dr. Sandro Silva, por aceitar e acolher a minha proposta de trabalho. Obrigado, professor, pelos incentivos diários dizendo: “Força Guerreiro, você consegue”.

A todos coordenadores do curso, Celeste, Leidiane, Adel, estagiários e professores que passaram pelo PROLIND.

Não posso deixar de agradecer a todos de minha comunidade, especialmente aos sábios anciões da minha aldeia Tupinikim de Caieiras Velha, que vêm contribuindo com as histórias, danças, cantos, artesanatos e artes para o fortalecimento cultural de nosso povo. Às lideranças e caciques, assim como aos pensadores do PROLIND, que de forma coletiva já lutaram e que lutam para a melhoria de nosso povo, minha eterna gratidão.

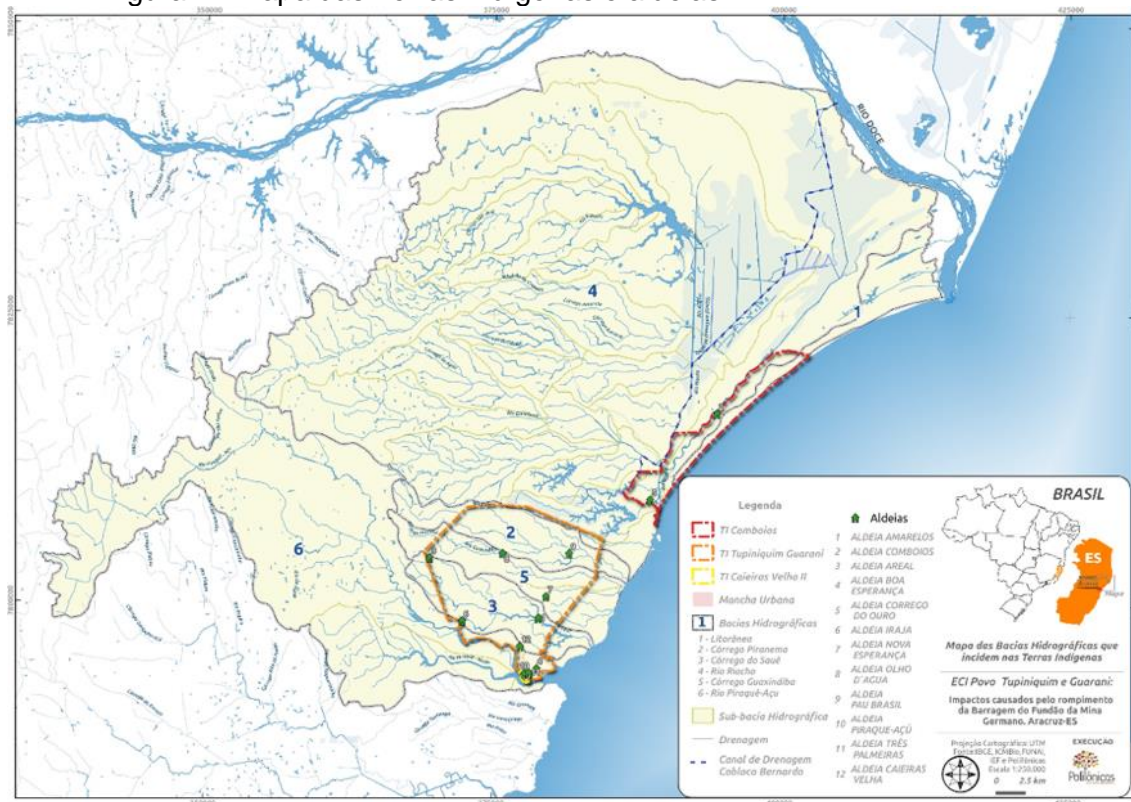
INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) é o resultado da Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND), com intuito da formação de professores Indígenas Tupinikim e Guarani. O presente estudo centrou-se no processo das relações da Coletividade Tupinikim na Luta pela Terra.

A luta pela terra no Brasil já é muito antiga. Mesmo antes dessa terra se chamar Brasil nossos antepassados travavam contra os portugueses as primeiras batalhas por extenso território, o qual para nós eram fonte de subsistência e sobrevivência.

Nosso povo sempre foi um povo aguerrido, e com base nos processos de lutas de nossa existência e resistência frente a tantos processos de colonizações que já vivenciamos muitos de nossos líderes e antepassados estabelece que a coletividade foi e pode ser uma via muito útil para nossa comunidade, pois ressaltam que durante toda trajetória para alcançarem os objetivos para o bem estar da comunidade eles se engajavam e se envolviam coletivamente cooperando para construir estruturas para o bem estar do povo Tupinikim.

Figura 1 - Mapa das Terras Indígenas e aldeias.



Fonte: Polifônicos, 2019.

Nosso povo da aldeia de Caieiras Velhas antes dos avanços das industrializações chegarem nas nossas comunidades indígenas, mantinham um modo singular e próprio, sendo a coletividade um fator de suma importância que fortemente evidenciou a vida em comunidade. Em conversa com anciãos e líderes e antigos caciques da aldeia, ressaltam que os movimentos sociais na comunidade eram efetivos e coletivos.

Reconhecendo o território como espaço que representa a vida de um povo, onde ocorrem as diversas relações, um lugar onde se luta pela sobrevivência e se reforça suas identidades todos os dias perante uma sociedade preconceituosa que nosso povo se sentiu impulsionados para unirem forças e recuperar suas terras que foram invadidas por grandes empresas.

Nesse contexto a coletividade foi uma estratégia e a principal ferramenta em meio a luta pelo território, um caminho de intensos processos de organizações coletivas perante as diversas violações e desrespeito causados aos direitos e as serias mudanças no modo de viver de nós povo Tupinikim teve que ser pensadas.

E refletir a coletividade como um caminho possível para tomar as relações nos encontros e reencontros, nas mudanças de tempo e espaço que vem

ocorrendo ao longo do tempo é fundamental. Pois observamos que o trabalho coletivo já vivenciado trouxe resistência na luta pela terra, dando vigor de lutar pelo direito e a dignidade humana do povo indígena Tupinikim em seu território.

Assim, se debruçando nas práticas coletivas já vivenciadas na luta pela terra, a pesquisa foi orientada pelo objetivo geral: Descrever o processo da coletividade na luta pelo Território Tupinikim. E os objetivos específicos: a) Registrar as vivências coletivas das lideranças mais velhas na luta pelo Território; b) Potencializar as reflexões necessárias sobre a necessidade da coletividade na gestão do Território.

Diante a realidade do nosso povo, levando em conta a nossa cultura, identidade étnica e participação coletiva na luta pelo território me apoiei metodologicamente no paradigma qualitativo, que tem por objetivo aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais a partir de diálogos entre sujeitos envolvidos no fenômeno pesquisado. Metodologias baseadas no paradigma qualitativo permitem “dar voz as pessoas, em vez de tratá-las como objeto” (BAUER, GASKEL; ALLUM, 2008, P.30).

A pesquisa também se encaminha numa abordagem autobiográfica e do pressuposto da entrevista. Nesse sentido, é composta também pelas minhas vivências, memórias e entrevistas realizadas com ex-caciques, anciões e líderes da aldeia. Sobre abordagem autobiográfica, Bragança e Oliveira pontuam que:

A abordagem (auto) biográfica rompe, por sua própria natureza, com sua prática simplificadoria, reducionista e monoteica da investigação social, projetando a pesquisa, interagindo e participando da pesquisa, entre o que se considera “sujeito” e o outro que é considerado como “objeto” (BRAGANÇA; OLIVEIRA, 2011, p. 1381-1381).

Sendo assim, a abordagem autobiográfica, o (a) pesquisador (a) por ter a sua opinião valorizada, respeitada e integrada à pesquisa, interagindo com os (as) participantes. E sobre o pressuposto da entrevista Medina (1995, p.6) também afirma “[...] a entrevista um jogo de interação no qual os envolvidos interligam numa única vivência”, a experiência de vida, o conceito, a dúvida ou o juízo de valor do entrevistado transforma-se numa pequena ou grande história [...]”.

Portanto, a entrevista é um acontecimento comunicativo no qual os interlocutores inclusive o pesquisador constrói coletivamente uma versão dos saberes históricos. E os entrevistados deve estar comprometido e associado ao significado humano, aberto ao diálogo interativo.

Figura 2 - A Aliança Povo Tupinikim e Guarani Terras Indígenas, entre 1960 à 1967.



Foto: Rogério Medeiros

Nesse sentido, no decorrer das escritas o trabalho está estruturado da seguinte maneira: o primeiro capítulo intitulado “Relato Histórico dos Tupinikim no Território”, onde descrevo a existência e a importância do território para nosso povo Tupinikim

CAPÍTULO 1 - RELATO HITÓRICO DOS TUNIPINIKIM NO TERRITÓRIO

Esse capítulo busca situar o nosso povo Tupinikim nas lutas pelo território e mostrar que existimos antes mesmo da colonização portuguesa que criou a ideia de Brasil e, conseqüentemente, de Espírito Santo. Após situar os Tupinikim no tempo, faremos uma reflexão sobre a constituição das relações de trabalho e território, usando para isso as concepções de “Digitório” e o “Multirão”. Mostrando que já faziam parti das Nossas ancestralidades a coletividade e sempre foram presente nessa Terra. Nosso povo povoava um extenso território em aproximadamente 40 aldeias no município de Aracruz, único estado que conta com a presença do povo indígena Tupinikim.

E ocupavam uma área de terra na região entre Camamu, na Bahia, e o Rio São Mateus (ou Cricaré) alcançando a Província do Litoral do Espírito Santo. Segundo Teal e Loureiro:

Os Tupinikim (Tupiniquim, Margayá, Tuayá) constituíam-se num subgrupo Tupinambá, classificado no tronco linguístico Tupi. Habitavam estreita faixa de terra entre Camamu (Bahia) e o rio Cricaré ou São Mateus (Espírito Santo). Tinham como vizinhos meridionais os Waitaká ou Goitacaz, os Tamoios e os Termiminó. Existem ainda referências a um outro grupo subgrupo denominado Tupinakin Tabayara, que vivia entre Angra dos Reis e Cananéia. (TEAL E LOUREIRO,2009.Pag 43).

Nosso povo Tupinikim sempre viveu na região próximo ao Rio Piraquê-açu, onde em 1.556 foi fundada pelo Jesuíta Alfonso Brás um Aldeamento chamado aldeia Nova, um dos primeiros Aldeamentos do povo Tupinikim.

Historiadores que aqui passaram registram suas pesquisas sobre a fauna, a flora e os anciões da nossa comunidade, tecendo relatos que a Aldeia Nova era um ponto de referência de encontros do povo Tupinikim.

O Aldeamento “Aldeia Nova” era um lugar aonde acontecia os encontros de agrupamentos das redondezas da Vila de Nova Almeida para efetivar trocas de experiências, de alimentos, materiais de caça e pesca. Mais no final dos anos de 1580 a Aldeia Nova sofre uma decadência devido uma aceleração de ataques de formigas que destruiu as plantações dos nossos antepassados, fazendo que todos os grupos de indígenas que ali moravam remanescessem para outra localidade.

Nossos ancestrais e os Jesuítas que moravam na aldeia Nova, passaram a se concentrar em Reis Magos uma região próxima as áreas altas do litoral.

Ao longo do tempo o Aldeamento se torna um lugar populoso pelo povo Tupinikim. O aldeamento dos Reis Magos era chamado de Vila de Nova Almeida, localidade onde era o aldeamento que o povo Tupinikim passou a morar.

A região que o nosso povo vivia era de muitas matas, ainda sem a exploração de madeiras tinha muitas matas virgens, e a comunicação das aldeias, com as aldeias vizinhas, era entre as caminhadas e as trilhas, conversavam e se conheciam no meio das florestas.

As casas e as roças podiam ser feitas em qualquer lugar, só não podiam dizer que aquele espaço era seu. No uso e fruto das terras, não era permitido cercá-las e nem utilizar como terra exclusivamente de posse. Os modelos tradicionais das casas sempre foram de pau-a-pique e sapê e palha de coquinho naia, cercadas de matas ou capoeiras.

As matas e os rios aqui existentes, permitiam viver da caça, pesca, da coleta dos frutos e do cultivo das roças como meio de subsistência. Porém, a partir do contato com os não-indígenas obtivemos grandes perdas culturais no nosso território e sofremos mudanças radicais até perda do nossa Terra.

A exploração dos territórios indígenas vem desde a colonização, ou seja, desde a invasão dos portugueses, nosso povo Tupinikim sofreu todos os impactos acontecidos na época, pois era o povo da costa litorânea.

Portanto, desde o início da invasão, os conflitos vêm sendo constante em nosso território, mas na época dos primeiros incidentes de invasão os Tupinikim não tinham como documentar as suas terras de posses. Com isso facilitou para exploração de posseiros e as empresas que diziam que as terras eram do Estado, logo derrubaram as matas transformando em pastos e passaram a produzir carvão vegetal com as madeiras exploradas.

Desta forma, as áreas tradicionais de cultivo do nosso povo Tupinikim foram cercadas e reduzidas quando foram plantadas de eucaliptos pela ocupação no fim dos anos 60, os modos de vida e os padrões de convivências, foram se resultando em ocupação territorial, sofremos muitas pressões culturais originada das invasões e enormes reduções das nossas áreas.

Com o avanço da industrialização e os interesses de exploração no âmbito nacional e local, tivemos nossas terras roubadas e invadidas, nosso povo indígena esteve desafiado devido ao desapropriação territorial que ocorreu de forma violenta provocando a expulsão e desagregação de centenas de famílias Tupinikim de nosso território.

Figura 3 - Assembleia Geral, MPF e Funai. Caeira Velha, 1992.



Foto: Sandro Silva

Nossa comunidade Tupinikim, antes dos avanços da industrialização, mantinham um modo singular e própria de vida, sendo a coletividade um elemento primordial que fortemente evidenciou nossa vida em um espaço pequeno de 1.519 hectares de terras, foi o que restou para nosso espaço comunitário. É possível perceber nas narrativas de anciões, lideranças, e, em pesquisas documentais, que a participação na vida comunitária era efetiva e coletiva, pois o que determinava a sobrevivência, eram os modos de relação com a natureza, vivendo do extrativismo vegetal e animal, das práticas agrícolas tradicionais com suas técnicas de subsistência. No entanto essa dinâmica de vida mesmo sendo alterada, muitas práticas tradicionais, continuaram a permanecer como forma de resistência.

Figura 4 - Assembleia Geral Tupinikim e Guarani 2005.



Foto: FUNAI.

1.1. O papel do “Digitório” e o “Mutirão” na Reconstrução Étnico social do povo Tupinikim

A busca pela compreensão das relações da coletividade nos permitiu definir o termo Digitório como uma prática milenar na qual se observa a união nas relações familiares. Trata-se de uma ação coletiva que se caracteriza na troca de ajuda em diversas atividades que faziam parte do dia a dia do povo indígena Tupinikim, facilitando e contribuindo com a continuidade da cultura, sendo uma rede de comunicação e relação parentais, de vizinhança, como laços de reciprocidade, como um fator determinante para a organização do trabalho social e cultural fortalecendo a dinâmica de vida coletiva através dos núcleos familiares pertencentes a comunidade. Numa entrevista com o ex-cacique Manoel dos Santos, ele enfatizou que:

Aos 5 anos de idade vivi o Digitório... meu pai convidava as pessoas o povo ia pra roça fazia todo trabalho, depois almoçavam... batia um papo e depois voltava para a atividade...quando acabava o trabalho todos voltavam tranquilo e feliz para suas casas... era um ajudando o

outro (ex-Cacique Manoel dos Santos: Informação pessoal ao autor. Caieiras Velhas, 25 de março de 2022)

Figura 5 - Reunião entre lideranças indígenas. Planejamento Múltirão, 1996



Reunião na aldeia de Caieiras Velhas, abril 96.



Reunião na aldeia de Irajá, abril 96.

Foto: NISI

Figura 6 – Dona Helena no Mutirão nas proximidades de Irajá. 1999.



Foto Sandro Silva.

Desse modo, os processos de trabalhos realizados se caracterizavam por estabelecer relações produtivas solidárias e coletivas com base na reciprocidade e ajuda mútua no desenvolver das atividades e não com base relações financeiras. Ao longo de todos os processos históricos de transformações territoriais e culturais, das várias gerações nos sistemas de práticas coletivas, foram readaptadas para execução das atividades, mas a prática do digitório foi se perdendo ao longo do tempo e ficou sem sentido diminuindo as atividades do digitório na comunidade.

Com o passar do tempo surgiu o termo “mutirão”, uma prática nova de forma de readaptada aos sistemas de construção e organização nos trabalhos coletivos da comunidade. O “mutirão” é um termo usado e introduzido pelos não indígenas e adotado na linguagem do nosso povo passando a ser uma prática constante.

O “mutirão” surgiu com a chegada do capitalismo na aldeia, aonde as empresas invasoras, em consequência dos empreendimentos econômicos, falavam que eram parcerias e tentavam mudar a estrutura da nossa organização e de uma comunidade que haviam perdido quase todo o seu território,

desqualificando e gerando conflitos e desigualdades no processo de igualitário e participativos do nosso povo Tupinikim.

Durante as conversas e bastante diálogos com os mais velhos, mostrou a similaridade que existe entre os dois termos, pois ambos traduzem a coletividade e diferenciam-se no planejamento e gerenciamento das ações de forma diferentes.

Figura 7 - Mutirão nas proximidades de Irajá. 1999,



Foto: Sandro Silva.

No caso do Digitório as pessoas trabalhavam sendo convidadas para ajudar nas realizações das atividades como: plantio e colheita de roças, nas construções das casas, produção da farinha e até mesmo para retirada de matéria-prima para confecção dos artesanatos, na organização pastagem para gados como projeto coletivo subsistente, todos trabalhavam solidariamente com base na ajuda sem interesse financeiros, mais por momentos prazerosos de estarem juntos ajudando uns aos outros. Sempre que estavam terminando uma a atividade, enquanto almoçavam, já conversavam e planejando qual seria a próxima família a ser ajudada na realização da atividade do digitório.

Com o passar do tempo, como já foi mencionado, surgiu a prática readaptada ao “digitório” onde começaram a usar o termo e a prática do “mutirão”, onde nesse sistema já começa a estar voltada para o sistema capitalista, para construções das roças que era quase sempre Feijão, Milho, Café, Abacaxi, Coco, recebiam esses materiais como mudas, sementes, adubos para realizar as plantações nas roças.

Com o “mutirão” os benefícios começaram a ficar bastante restritos, pois, quem trabalhasse nos mutirões das roças, construções de casas ou qualquer outra atividade voltada para subsistência, por vezes poderiam ser remunerados ou receber parte do produto por ter ajudado na produção, ou seja o mutirão estava bem voltado para o sistema de trocas no olhar capitalista: quem participasse sempre tinha uma recompensa pela produção do trabalho em forma de dinheiro e não mais a reciprocidade das relações de amizade e parentesco. Diferente do digitório, onde as relações eram produtivas e solidárias, com base na reciprocidade e ajuda mútua no desenvolver das atividades e não nas relações financeiras, o Mutirão modifica a maneira com que os Tupinikim passam a lidar com o dinheiro. Alguns Tupinikim trabalhavam por salários fora das aldeias, mas o mutirão traz para o espaço comunitário relações monetárias cujo tema de trocas é a própria política de luta da comunidade por afirmar-se em seu território.

Penso que todos os dois momentos vivenciados na comunidade serviram de base para entender o verdadeiro sentido do coletivo, porque são práticas que não se vê mais em ações das comunidades, mais segue presente em núcleos familiares como um sistema de aproximar as pessoas em ambiente familiares ou parentesco. Nesse sentido, pude perceber que a palavra coletivo ou coletividade são os termos muito usados entre nosso povo no processo da revitalização da cultura em tempo e espaços diferentes, com objetivo comum sempre pensando em todos, no bem viver para nossa comunidade

Figura 8 - Reunião na Assembleia Legislativa discussão do Acordo Vale. 2022.



Fonte: Século diário.

1.2. A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS NA RETOMADA DO TERRITÓRIO TUPINIKIM

Nesse processo de revitalização cultural podemos aqui ver o resultado das diversas interações entre o povo e seu ambiente social, próximo ou distante, em tempos e espaços entre gerações do nosso povo Tupinikim. Nesse sentido vimos que os movimentos sociais do digitório e mutirão dos grupos formados para reconstruir e resgatar tudo que foi roubado e destruídas em todo o processo de invasão do nosso território, foi um desafio para nosso povo no movimento cultural. Porque por mais que o povo Tupinikim perdeu as forças nos movimentos dos grupos de pessoas no digitório e nos movimentos dos mutirões, reavivou o sentido da cultura e identidade, trazendo um outro grupo de movimento coletivo, que iria fazer com que tudo que foi destruído viesse a ser resgatado aos poucos dando de volta o sentido de lutar por um objetivo comum e coletivo para o povo Tupinikim. De acordo com Glediane

A força da expressão do pertencente que percorre todo vínculo com o território e com as pessoas que o habitam e dele se apropriam, gera um senso de comunhão, um sentimento comum que prescreve o que Weber (2004) identificou como peculiar da comunhão étnica, o orgulho de pertencer ao grupo, ou seja, o sentimento de pertencer a uma grande família, que gera também como resposta a identificação do grupo perante a sociedade envolvente. (Glediane, 2014,p,59).

Isso deu por causa da redução das áreas tradicionalmente ocupadas, levaram a extinção de antigas aldeias, provocando crises de sociabilidade e dissolução dos laços de reciprocidade antes existentes, forçando o nosso povo a comunhão para um novo reordenamento em nossa organização social e geográfico.

Com a chegada na década de 40 a empresa da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), invadiu e explorou e desmatou nosso território com autorização do governo Estadual para desenvolver suas atividades, pois neste período perpetuava a ideia da não existência do nosso povo indígena Tupinikim, a qual chamados de caboclos pelos invasores da época.

Por volta dos anos 50 deu-se a arrancada na industrialização brasileira, o Estado do Espírito Santo integrou-se a este projeto. sendo que as comunidades indígenas já estavam sendo afetadas com a presença da empresa Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) que invadiu o nosso território, explorando e desmatando nossa terra, com a autorização do governo Estadual para desenvolver suas atividades.

Já no final da década de 60 com o processo contínuo dessa exploração e invasão a Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), colocou o território de posse de sua invasão a venda, com isso despertou o interesse que gerou um acordo do governo Estadual, para um projeto de expansão de uma área de 10 mil hectares que eram usadas para plantação de eucaliptos que serviam para alimentar os Trem “as marias fumaça” veículo de locomoção da época, transportes de pessoas e de mercadorias. porque com o processo da evolução a madeira deixou de usada e começou a ser utilizado, o uso de petróleo pela Companhia nas suas expansões de serviços.

Mas com essa desvalorização do eucalipto para produção do combustível, a empresa Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), empenhou as terras já exploradas por eles, dando como um termo de terras devolutas para o governo Estadual,

A partir dessa devolução o governo de Estado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), idealizou em nossas terras o projeto do empresário, norueguês Erling Sven Lorentzen, que destruiu mais de 50 mil hectares da mata atlântica e toda a sua biodiversidade no Espírito Santo para plantar eucalipto, matéria-prima para a celulose, daí surgiu a Aracruz Florestal no Estado do Espírito Santo.

Então quando foi constituído e fundado Aracruz Florestal, posteriormente depois a Aracruz Celulose, o avanço da industrialização e seus interesses no âmbito local, nacional e com curto tempo internacional, com isso nosso povo indígena Tupinikim, esteve desafiado ao desapropriação territorial que ocorreu de forma violenta provocando a expulsão e desagregação de centenas famílias. Essa situação obrigou muitos indígenas a se deslocarem para outros lugares em busca de novas alternativas para sobrevivência.

O eucalipto é voraz consumidor de água e cria o chamado “Deserto Verde”, expressão cunhada pelo Patrono da Ecologia no Brasil, Augusto Ruschi.

Portanto a partir dessas mudanças em nossas práticas sociais coletivas, foram acabando e o resultado foi de se pensar em uma extensão do processo de luta pela terra para as comunidades indígenas, isso envolvendo diferentes atores sociais, jurídicos. Na busca da coletividade, na auto-demarcação do território para garantirmos a ampliação dos territórios com a participação das comunidades.

Figura 6 - Anciãos participam das festividades em Caieiras Velhas. 2014.



Foto Sandro Silva

E foi a partir dos movimentos culturais e sociais, que fomos a luta pelos nossos espaços e direitos de vida dentro do processo da auto-demarcação de nossas terras, uma vez que é nesses espaços que nós nos reconhecemos, temos

nossas representações de valores, nossas vivências, refletindo nossa identidade indígena em cada elemento que ocupam esses espaços.

Segundo Sturza (2005), “O lugar é o local onde o indivíduo se reconhece enquanto uma singularidade e assim se percebe no lugar a identidade de quem ali está” (Sturza, 2005. pg. 16)

Figura 7 - Jovens participam das festividades em Caieiras Velhas. 2014.



Foto Sandro Silva

E através dessa nossa relação território-identidade que os movimentos culturais foram se constituindo, tendo como principais elementos a coletividade, o sentimento de pertencimento de nosso espaço de vivência.

E foi em meio a essa perda territorial que nos apegamos ainda mais a nossa cultura e tradições no nosso modo de viver e ser.

A dança do tambor, como era chamado, foi um movimento cultural que trouxe um significado de resistência muito grande para nosso povo, pois através das danças e músicas tradicionais, podemos expressar nossos sentimentos, valores culturais, a preservação social e histórica.

Nesses nossos movimentos ritualísticos de cantar, dançar, tocar tambor, casaca e maracá foram se fortalecendo ainda mais, sendo uma forma de buscar o fortalecimento e traçar estratégias para a autodemarcação de nosso território, e daí partimos para a luta.

Os rituais ocorriam havendo intercâmbio entre as aldeias de Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios. Observamos uma das primeiras organizações políticas e cerimoniais dos Tupinikim, que a foi a dança do tambor. A dança é acompanhada de música composta pelos mais velhos e narra o cotidiano do trabalho, da natureza, da vida amorosa, entre outras. A dança do tambor tem o capitão, e este detém prestígio pois muitas vezes também era conhecido como representante da Aldeia (Capitão).

Figura 8 - Festividades em Caieiras Velhas. Em destaque Seu Olindo e Dona Zumira (+) 2014.



Foto Sandro Silva

Narram os mais velhos que apenas o capitão do tambor tinha ascendência sobre as famílias da aldeia, se responsabilizando pelas tradições culturais entre nosso povo. A dança do tambor reforçou o intercâmbio e a coletividade dos Tupinikim, pois foi através da cultura mantida vivas, que deu suporte a ressurgência do povo indígena Tupinikim, porque éramos tratados como caboclos, pela invasão dos posseiros e o avanço da industrialização. possibilitando o estabelecimento de

uma distintividade cultural que os identificou frente a uma população da região. Como se sabe tal imagem dos aracruzense que considera “índios” apenas o estereótipo de “índios selvagens” dos livros didáticos, de uma representação muito difundida. Tal perspectiva traz um olhar preconceituoso dos indígenas contemporâneos como “caboclos Tupinikim”, “sem cultura”.

A partir da luta pela demarcação das terras Tupinikim na década de 70 era muito forte e evidente a coletividade, essa era uma categoria social que precisou de expressar dentro das articulações e mobilizações do nosso povo e foi estabelecido por os não indígenas uma figura de um representante desse movimento. Daí vem o surgindo de figura chamado Cacique e logo depois o conselho de lideranças da comunidade.

Através das ações dessas lideranças que participaram ativamente dos trabalhos que identificaram as terras indígenas Tupinikim junto com o respectivo Cacique.

A luta pela ampliação de nosso território produziu uma organização política formal e vários espaços de representação no território em todas as aldeias.

A retomada do território é uma expressão das lutas pela nossa autonomia e existência e resistência, mantendo acesa a coletividade das lideranças e as comunidades fortalecendo a disposição reivindicatória de todo território. Então a partir de 1980 iniciou-se o processo da primeira autodemarcação do nosso território indígena.

Portanto, insatisfeitos com o total de hectares que nos restou, com todo esse processo de redução de nossas áreas ficamos ilhados em meios a monocultura de eucaliptos, ficamos sem terras para plantar e praticar, a caças que era um dos meios de subsistência do nosso povo. Sofrendo muito na pele e na alma a perde devastadora de nosso território e os antigos modo de vida, vivenciamos dias difíceis, perdendo nossas terras, as aldeias sendo destruídas e a vegetação nativa sendo substituídas por extensões de plantas de eucaliptos. Isso só nos deu forças, e decidimos lutar pela retomada de nossas terras e pelas conquistas de nossa liberdade.

CAPÍTULO 2 - A IMPOTÊNCIA DA COLETIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO POVO TUPINIKIM

Neste capítulo o nosso objetivo é descrever a importância da coletividade nas organizações indígenas que tem como objetivo mostrar coletividade do povo Tupinikim. Essa coletividade se mostra presente em organizações indígenas, mas também precisa na participação em outros espaços políticos, tais como município, estado e Governo e a justiça. Escrevi esse capítulo utilizando informações escritas e também a memória dos nossos anciãos e anciãs. Meu objetivo é mostrar a complexidade que as organizações indígenas adquirem nos dias de hoje e também os desafios que temos como povo indígena para manter nossas tradições e nosso modo de ser e estar no mundo.

A coletividade foi o principal meio da resistência e sobrevivência do povo Tupinikim na luta pelo seu Território, sendo um dos maiores momentos do acontecimento em toda a trajetória do movimento Tupinikim. O coletivo trouxe resistência na luta e deu vigor de lutar pelo direito da terra e a dignidade humana do povo indígena Tupinikim no seu território, trazendo em suas expressões “a luta continua”, porque a luta só tem sentido quando se pensa em lutar por todos e direitos todos, isso é o processo de Igualdade dentro da Coletividade, fortalecendo a educação comunitária no coletivo e perpassando a construção para realidade do bem viver do povo Tupinikim.

Segundo Damiani (2008),

Pela participação em comunidade de prática coletiva os indivíduos internalizam as normas os hábitos as expectativas as habilidades e os entendimentos dessas comunidades[...] que apresentam maneiras singulares de conhecer e decidir o que é importante saber e entender a realidade. (DAMIANI, 2008. pg. 217)

Portanto, diante desse contexto a necessidade em dialogar com nossos líderes e repensar ações de resistências que devam ser fortalecidos contribuindo para valorização e fortalecimento da etnicidade e reorganização social de nosso povo, trazendo a solidificação do trabalho coletivo e as ações da comunidade, visando o enriquecimento territorial tendo autonomia de desenvolver a territorialidade.

Sobre a posse tradicional, de acordo com o artigo 231 da constituição Brasileira de 1988 no §1º consiste que:

São reconhecidos aos índios sua organizações social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e a sua fazer respeitar todos os seus bens. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessárias a seu bem-estar e as necessárias reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (Brasil, 1988, Art.231).

Portanto, a coletividade foi um caminho possível para retomar as relações coletivas nos encontros e reencontros, nas mudanças de tempo e espaço que ocorreram ao longo do tempo.

Vale ressaltar que o território indígena Tupinikim atualmente reconquistado é resultado de um intenso processo de organização coletiva, diante da violação e desrespeito aos direitos dos povos indígenas que ocorreram e trouxeram sérias mudanças na vida das comunidades indígenas. Portanto a importância de dialogar com os nossos líderes e anciãos da nossa aldeia, e refletir o quanto a coletividade nas ações realizadas trouxeram e que ainda podem trazer para a resistência, fortalecimento e a valorização sociocultural através das ações coletivas para nosso povo.

Pensando na coletividade Tupinikim na luta pela Terra, os resultados obtidos através da coletividade que se legitimou como meio de conquistar uma organização capaz de lutar pelos direitos e a resistência indígena Tupinikim.

Schubert (2011) em sua fala decorre algumas questões sobre a luta pela terra, iniciando da seguinte maneira:

“A luta indígena pela terra educa?” A pergunta, assim colocada, antecipa algumas respostas aparentemente descarregadas da complexidade das grandes questões que exigem uma verificação. O seu aprofundamento acaba surpreendendo pela abrangência e riqueza histórica, cultural e pedagógica, evidenciando uma “cultura silenciosa” que, nas últimas décadas, explodiu nesse movimento de retomada das terras indígenas Tupinikim no Estado Espírito Santo. Certamente as lutas por territorialidades se constituem processos educativos às novas gerações Tupinikim, evocam memória indígena, transmitem experiência dos antepassados, explicitam a alteridade indígena e constituem esforços que continuam sendo feitos no sentido de resistir aos projetos colonizadores de vidas. São constatações que respondem à questão inicial, à razão para reconstituir, neste estudo, o caminho

percorrido junto aos Tupinikim nos últimos anos. (SCHUBERT, 2011, p.183).

Sendo assim, a expressão “Luta pela terra” é muito usada, em todo o processo da defesa e do direito dos povos indígenas, ela nos traz um universo de força e autonomia, mas podemos observar que a coletividade é um dos resultados que legitimaram a possibilidade de um novo reviver trazendo experiências nos diálogos das comunidades indígenas, apontado como o principal elemento de construção antes da luta.

A luta pela terra foi muito importante, nossa luta, nossa resistência e coletividade levou a recuperação de nosso território. Vejo que o território tem uma importância muito grande para nós indígenas, não é só o espaço físico da nossa moradia, o território é todo o meio de nossas relações sociais, culturais e espiritual, nossos mais velhos e ancestrais dizem que a terra é a nossa mãe, de onde um dia foi tirado todo alimento para sobrevivência de nosso povo, por isso pra mim o território é nossa vida.

E durante a nossa trajetória na luta territorial os maiores desafios foi conhecer de fato a história do nosso povo, pois os mais velhos não tinham documentos que comprovassem esse limite territorial que a empresa dizia ter, as histórias e comprovações de que esse território era nosso estava nas histórias e memória oral de nossos anciões, onde deu força para lutar pela tomada do território. Foi bonito ver nosso povo se organizar para a autodemarcação, fazia as rodas de conversas, passando nas casas para falar sobre a importância de retomar nosso território, e um outro ponto estratégico para falar sobre a importância pela retomada e luta das nossas terras eram também nas rodas de dança de congo, ali na época traçava estratégias para retomada das nossas terras.

A coletividade sempre fez parte para o desenvolvimento da comunidade, tanto na subsistência do povo e na demarcação territorial, e a coletividade ajudou o povo a manter o foco da luta e conquista do território em benefício de todos como um bem comum. E hoje os maiores desafios para gestão desse território conquistado é unir forças para lutar por projetos de Lei que possibilitem a segurança na saúde, educação, agricultura e no social da comunidade.

Hoje, o povo está muito voltado para delimitar o seu espaço, muitos esqueceram que todos tendem a usufruir desses espaços de forma igualitária, esqueceram a essência do coletivo, muitos não pensam mais no outro, que o seu parente precisa de um pedaço de terra pra fazer uma casa, uma roça. E para melhorar essa gestão territorial, eu penso que nosso povo precisa voltar a compreender o espírito da coletividade, aquele que foi vivenciado pelos nossos mais velhos no passado, nosso povo precisa retomar a consciência que nosso território precisa ser cuidado, a mãe terra precisa ser protegida e que os espaços devem ser cuidados e é usufruto de todos.

Figura 9 - Manifestação na Aldeia Córrego do ouro, 2022



Foto: Leonardo

Enquanto liderança indígena da minha comunidade eu penso que o primeiro passo é retomar esse espírito coletivo, pois era assim que antigamente nosso povo se organizavam para efetuar os trabalhos sociais, culturais e econômicos e alcançavam seus objetivos em um bem comum, e é assim que vamos fortalecer a nossa dinâmica de vida, cultural e social enquanto povo indígena.

2.1. O ACORDO COM A EMPRESA ARACRUZ CELULOSE REINTEGRAÇÃO NAS AÇÕES COLETIVAS

A partir das reivindicações a pedido e protocolado na FUNAI, no Ministério Público Federal que relatava um histórico da presença dos indígenas na região de Aracruz com todos os problemas que enfrentávamos ao longo dos séculos decorrente da ocupação do nosso território e ameaçados ao ver nosso povo crescer sem ter garantia de espaço de sobrevivência física-cultural. Afirmando que as terras indígenas foram insuficientes para o usufruto do nosso povo Tupinikim.

As nossas áreas demarcadas em 1983, que somavam a totalidade de 4.482 hectares não eram o suficiente para a sobrevivência dos nossos antepassados, com o aumento de nossas gerações, na época se falavam de aproximadamente 1300 indígenas.

Após a oficialização do pedido, as lideranças indígenas tornaram público a proposta, através de entrevistas aos meios de comunicação da região como também articularam os apoios das organizações sociais e autoridades estaduais.

De acordo com Comissão de Articulação Tupinikim e Guarani e Conselho Indigenista Missionário:

No dia 30 de novembro de 1993 foi realizada uma audiência na Comissão do Consumidor do Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, em Brasília. Participaram dos debates como convidados, entre outros, representantes da FUNAI, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Prefeitura Municipal de Aracruz, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Aracruz Celulose S.A., além de lideranças Tupinikim e Guarani. Na ocasião o Presidente da FUNAI, Sr. Dinart Madeiro, comprometeu-se perante todos ali presentes, a criar um grupo Técnico (GT) para investigar a situação dos índios, o que foi oficializado pela portaria nº0783/94, de 30/08/94, sendo o primeiro passo no procedimento administrativo de demarcação. O objetivo do GT foi reestruturar a identificação, em conjunto com os índios, dos limites das terras indígenas Comboios, Caieiras Velhas e Pau Brasil, e realizar o levantamento fundiário referente à área reivindicada. (COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO TUPINIKIM e GUARANI e CONSELHO INDÍGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI, 1996, Pag.9).

Logo fomos reconhecidos enquanto indígenas por volta dos anos 1983 nosso povo Tupinikim, demonstraram a preocupação de revitalizar e preservar nossa cultura e resgatar também parte dela que já se havia perdido.

Quando nós falamos em fortalecimento da cultura, estamos falando da nossa vida, da Identidade, da Ancestralidade, é por isso que nós pretendíamos gritar com uma só voz coletiva para mostrar que nós resistimos para existir e com toda a nossa força da coletividade, iremos lutar até o fim das nossas vidas pela nossa mãe Terra, pois os documentos comprovavam que nosso povo Tupinikim já estavam aqui antes da chegada dos Portugueses, nos já habitávamos nesse território.

Teao e Loureiro (2009) ressalta que: “A posse imemorial remonta a ocupação dos índios anterior à chegada dos europeus na América, ou seja, são terras de ocupação contínua e estável, desde tempos remotos”. (TEAO E LOUREIRO, p.104)

Sobre a posse tradicional, de acordo com o Artigo 231 da Constituição brasileira de 1988 no § 1º, também consiste que:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Portanto, mesmo que a sociedade burguesa tenta inviabilizar nossa existência ameaçando nossos meios de resistências, continuamos a luta.

Então por volta dos anos de 1992 começou a ter um diálogo entre as comunidades indígenas e a ARCEL (Aracruz Celulose) para firmar um acordo onde seria devolvido a nosso povo 6.500 hectares, porém nossas comunidades se recusaram a essa medida.

Isso se deu porque nosso povo conseguiu mostrar a realidade dos verdadeiros donos do território, com todos esses desafios a Empresa Aracruz Celulose resolveu dialogar e ceder as reivindicações do nosso povo Tupinikim, compactuando um conflito que gerou entre os anos de 1983 à 1992, demonstrando um marco inédito que acentuou o conflito entre o povo Tupinikim e Aracruz Celulose S.A.

A partir daí, em 1992 houve o primeiro acordo entre a Empresa Multinacional ARCEL (Aracruz Celulose) e as comunidades indígenas, onde pode-se considerar esse momento o marco de inauguração de uma nova fase da vida do povo Tupinikim.

Os povos indígenas começaram movimentos coletivos, a fim de buscar meios de ouvir as necessidades, esperanças e prioridades coletiva do povo, pois o propósito era manter nossos valores culturais diante uma sociedade que queriam se impor aos nossos valores, tomar nosso território e fazer com que negássemos nossa identidade cultural.

Para isso nos anos 90 acontece o primeiro seminário dos Povos Indígenas com objetivo de implantar um modelo diferenciado e específico, a fim de construir articulações e ações relacionados ao direito e defesa daquilo que deveria ser por direito e respeitado aos povos indígenas Tupinikim.

2.2. O NISI EM BUSCA DE ALTERNATIVAS NAS ORGANIZAÇÕES DO TERRITÓRIO

Diante e tantos processos ocorridos, as relações e ações coletivas das organizações do povo Tupinikim precisam ser registradas, para não deixar cair no esquecimento as grandes lutas que foram conquistadas e reconstituídas reforçando a resistência e existência indígena por meio da coletividade.

Pensando nas relações e ações coletivas citadas acima, o NISI (NÚCLEO INTERINSTITUCIONAL DA SAÚDE INDÍGENA) no ES e seus subnúcleos de Agricultura e Educação, foi uma das organizações estruturada por volta de 1994 em nossas aldeias, formada por órgãos governamentais e não governamentais juntamente com representantes indígenas Tupinikim e Guarani. A proposta do NISI foi desenvolver diversas atividades pensando em planejar, implantar, prestar assistência técnica através de projetos e programas a níveis de município, estado, governo federal, para ajudar as comunidades na garantia de sobrevivência sociais do nosso modo de vida.

Essas ações e resultados da atuação do NISI nas aldeias indígenas do município de Aracruz-ES, foi estruturado através do desenvolvimento de atividades nas aldeias Caieiras Velhas, Pau Brasil, Boa Esperança e Comboios, e também na

aldeia Três Palmeiras, e teve um papel relevante e importante no processo da construção da Educação Escolar Indígena, saúde e agricultura de nosso povo.

Figura 10 - Reunião de Planejamento de Sub Núcleo de Agricultura.
Caieiras Velhas, 1996.



Reunião na aldeia de Pau-Brasil, abril 96.



CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NA PRODUÇÃO DA COLETIVIDADE E REORGANIZAÇÃO TUPINIKIM.

A luta pela nossa existência Tupinikim é uma questão histórica, e a coletividade segue como fio condutor na compreensão e construção da trajetória de existência da comunidade de Caieiras Velhas.

Por volta de 1998 as organizações indígenas surgem caracterizada pela luta coletiva e construções das necessidades e anseios pautados pela comunidade, construindo organizações que tem intenções de uma busca social e organizada sob os anseios que se tornam comum de nosso povo.

E essas organizações surgem não como mais importantes que os laços do digitório ou mutirões já vivenciados, mas como uma possibilidade de organizar os aspectos em comum relevantes de nosso povo.

Pois, com os avanços das industrializações dentro e ao redor do nosso território e crescimento populacional de nossa aldeia os questionamentos e demandas levaram nosso povo a refletir, como poderíamos seguir com nossa maneira coletiva de organizar, mobilizar e articular as lutas frente a tantos avanços ao nosso redor.

Foi aí que as organizações começaram a assumir uma autonomia designada pela comunidade, assumindo o papel de nos representar, lutar pelos nossos direitos, pelo direito da terra, à educação, saúde e às alternativas econômicas para alta sustentabilidade da comunidade, assumindo uma tarefa primordial de lutar pela defesa dos direitos coletivos de um povo.

Assim surge à Associação Indígena Tupinikim e Guarani, uma organização que representa o povo Tupinikim e Guarani com as funções técnicas, executivas, administrativas, assumindo a execução de projetos de auto-sustentação, e com perfis culturais.

Baniwa (2006) descreve o que de fato representa para nós a função de uma organização indígena:

[...] uma organização indígena é a defesa dos direitos indígenas[...]. As lideranças costumam dizer que uma organização indígena é uma espécie de guardião, vigia dos direitos coletivos dos povos e das comunidades indígenas; como se as aldeias indígenas trabalhassem no dia-dia sob a coordenação de suas lideranças tradicionais e forma próprias de organização interna e associação formal se dedicasse, ao

mesmo tempo, a acompanhar, a vigiar e a defender lá fora, no mundo dos brancos, os direitos dessa aldeia de continuar vivendo em paz. Ao menor sinal de risco e perigo quanto aos seus direitos, a associação agiria mobilizando a aldeia para que, juntas, pudessem eliminar os riscos e as ameaças. (BANIWA, 2006, p.68).

Sob esta perspectiva é que a associação indígena Tupinikim e Guarani deve buscar articular-se, dando conta da totalidade dos direitos, das necessidades, das demandas e dos interesses de todos, sempre contando com apoio de todos os membros da aldeia. As organizações são tão importantes, que as lideranças contam com apoio da comunidade, e as lideranças tradicionais contam com as organizações para que trabalhem buscando soluções para necessidades da comunidade.

Enquanto atuante em anos anteriores da presidência da Associação Indígena Tupinikim e Guarani, vale ressaltar que a função e tarefas dessa organização é de múltiplas demandas dentro das comunidades Tupinikim e Guarani, perpassa pela defesa política dos direitos coletivos até o desenvolvimento e a execução de projetos e tantas outras demandas.

É fundamental destacar que os gestores das associações precisam ter engajamento, buscar conhecimento para o êxito dos trabalhos, pois quando os trabalhos não vão bem, trazendo retorno para os anseios da comunidade num sentido coletivo, a organização que trabalha visando o bem estar da comunidade enfraquece num todo, deixando de trazer a representatividade coletiva para o desenvolvimento dos trabalhos que envolve o direito de todos.

Diante de um cenário vivenciado frente aos desafios, a comunidade de Caieiras Velhas ao longo dos anos vem trabalhando, visando o fortalecimento cultural e social como um dever de garantir a nossa identidade de forma coletiva, sob o viés das organizações, com intuito de responder os interesses coletivos.

Como é o caso da AITCV uma associação que tem uma representatividade muito grande que trabalha em prol da organização interna exclusivamente da aldeia de Caieiras Velhas, possibilitando criação de projetos e programas sociais através de parcerias formais entre diversas esferas da sociedade; conservando em sua interface a visão no bem estar da comunidade.

Dentre as associações citadas temos o Instituto Indígena Cocar criado a partir de ideias e objetivos comuns do povo Tupinikim e Guarani, que promove e assume ações associadas ao apoio indígena, com objetivos de trabalhar pela organização das comunidades, proteção, preservação, manejo sustentável do meio Ambiente, do patrimônio histórico artístico e cultural, e paisagismo das terras indígenas do Município de Aracruz, visando melhoria da qualidade de vida dos seus ocupantes.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Indígena Cocar estendem por todas comunidades Tupinikim e Guarani, porém é na comunidade Caieiras Velhas que compõe toda formação e construção de sua área sede.

Além das organizações, existem os grupos de mulheres, guerreiros, pescadores, que estimulam a participação coletiva, contribuindo para os objetivos comum do nosso povo, desenvolvendo ações coletivas que visam o fortalecimento cultural, através das danças, cantos, pesca, confecção de artesanatos, oficinas, retratando diversos temas culturais, assim vamos nos fortalecendo nesses processos de participação coletiva.

Figura 11 - Reunião em Caieiras Velhas para discussão do Acordo com a Aracruz Celulose. 1997(?)



Foto: Sandro Silva.

3.1 A AUTONOMIA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS TUPINIKIM E GUARANI NO PROCESSO DECISÓRIO NA AFIRMAÇÃO DA COLETIVIDADE

Nossas comunidades Indígenas Tupinikim e Guarani existem de fato, um esforço conjunto e articulado entre caciques, lideranças e organizações indígenas que objetivam uma luta comum a todos. As lideranças e cacique é uma representação, que fala em nome de uma comunidade.

Figura 12 - II Seminário sobre educação indígena. Caieiras Velhas, 1997.

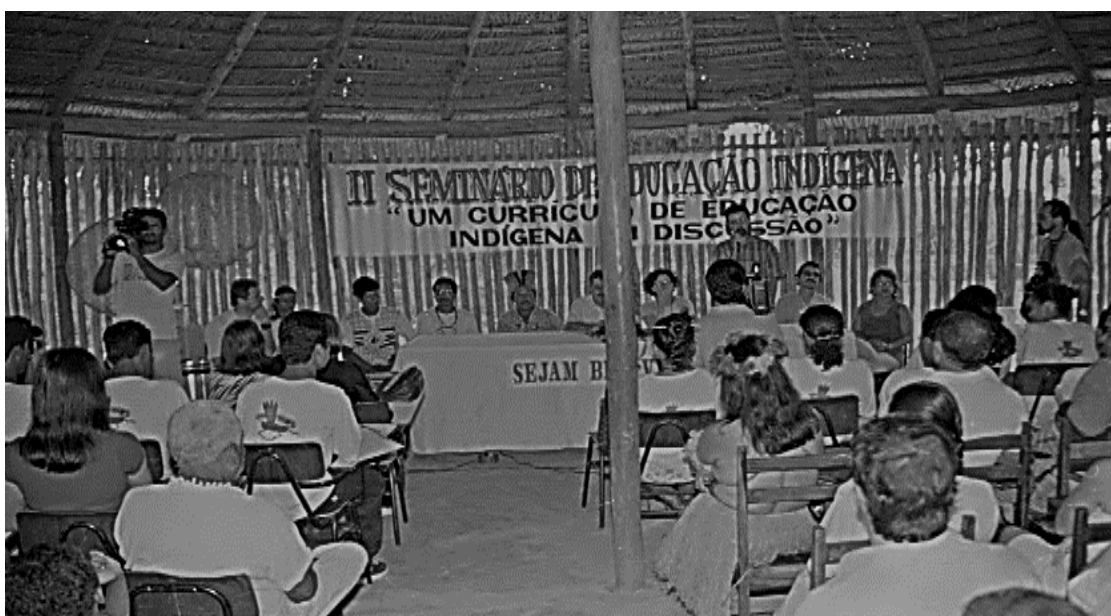


Foto: Sandro Silva

No entanto, as comunidades indígenas nas suas atribuições são soberanas a todos os outros seguimentos do nosso território, não se pode tomar decisões ou fazer nada sem autorização ou participação, tendo o voto participativo da maioria da comunidade.

As consultas prévias na aldeia são de extrema importância e devem ser de forma documentadas com participação da comunidade, nenhuma organização interna pode passar por cima das decisões realizadas no âmbito coletivo, muitas de nossas conquistas social, política, econômica e jurídica não teriam sido possíveis sem a participação ativa das comunidades.

De acordo com Baniwa (2006):

A liberdade vivida pelos índios confere marca singular á autoridade de seus caciques. Estes nunca têm poder de mando sobre os demais. Sua função é de animação e de articulação das coisas comuns, sempre respeitando o dom supremo da liberdade individual e o poder soberano da coletividade[...]. (BANIWA, 2006, p.66).

Por isso que qualquer decisão deve ser levada em conta à autonomia das decisões e opiniões da comunidade, seja em reuniões ou assembleias gerais.

Por mais que existem as organizações interna como associações, comissão de caciques, conselhos escolares e outros grupos sociais, é importante entender que a força das organizações tem que ser com participação das famílias, e não apenas das organizações sociais, caciques ou lideranças.

Para isso as informações recebidas entre caciques, lideranças e organizações devem ser transmitidas de forma correta e explicada para as comunidades de forma clara, trazendo resistência e fazendo valer o processo de democratização estabelecido nos artigos 231, 232 da Constituição Federal de 1998 e da Convenção da OIT. 169.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho vem evidenciar a importância da coletividade para resistência e existência do povo Tupinikim.

Ao longo dos tempos nosso meio de vivência vem se tornando ameaçados por mecanismos de empoderamento que a sociedade burguesa procura usar contra nós, e tentando nos inviabilizar de tudo o que conquistamos por meio de nossas lutas coletivas.

Atualmente o povo Tupinikim tem sido ameaçados e vivenciado muitos desafios, principalmente para garantir os direitos igualitários, manter a cultura e tradições, e para responder a tantos desafios ainda temos grandes líderes que acreditam que unindo forças e desejos podemos continuar cultivando e fortalecendo nossa cultura. E a coletividade é um meio para que o nosso povo reconquiste o modo de viver e vencer a tantas situações cotidianas.

Quando falamos dessa luta coletiva posso afirmar que é um assunto profundamente educativo e carregado de aprendizagens. Pois nesse processo do trabalho coletivo aprendemos a ser sujeitos de luta, de ação, a perceber que nós indígenas somos construtores de nossas próprias histórias, e que não basta apenas saber dos nossos direitos, é preciso conhece-los e lutar por eles.

Portanto, sobre aspectos aqui abordados do trabalho coletivo do nosso povo Tupinikim não são apenas importantes apenas como experiências de lutas e conquistas, mas para aprender que possuímos direitos e que precisamos nos organizar coletivamente para atingir o bem comum de toda comunidade.

Sendo assim o processo da coletividade se constitui de mecanismos educativos as nossas gerações Tupinikim e se faz necessário incluir no currículo da Educação Escolar indígena temáticas que abordam sobre a coletividade Tupinikim, visto que essa temática pode ser uma ferramenta fundamental para o conhecimento dos processos de lutas e valorização da cultura coletiva vivenciada pelo nosso povo.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com textos, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: LACED/ Museu Nacional, 2006.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; OLIVEIRA, Maria Soares de. Pesquisa Formação, abordagem (auto) biografia e acompanhamento; (re) constituindo pontes entre universidade e a escola. In.: **Anais do x Congresso Nacional de Educação/ 1º Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação**. Curitiba: PUC – PR, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1998**. Brasília, DF, 1998.

COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO DOS POVOS TUPINIKIM E GUARANI (CAPTG), CONSELHO INDÍGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Companhia internacional pela ampliação e demarcação das terras indígenas Tupinikim e Guarani. Aracruz: CIMI, 1996.

DAMIANI, M.F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Educar em Revista, Curitiba, Editora UFRPR, 2008, nº.31, p.213 – 230.

FERNANDES.B.M, “**A formação do MST no Brasil**”. Petrópolis, RJ, vozes, 2000.

MEDINA, C. de A. **Entrevista: O diálogo Possível**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

POLIFÔNICAS Consultoria. ECI FINAL – VOLUME I e II - **Estudo do Componente Indígena referente aos impactos causados pelo rompimento da Barragem do Fundação da Mina Germano da empresa Samarco Mineração S.A**. Mimeo, São Paulo, 2019.

SCHUBERT, Arlete Maria Pinheiro. **Lutas Territoriais Tupinikim: Saberes e Lugares Conhecidos**. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2018.

SILVA, Sandro José da. **Tempo e espaço entre os Tupiniquim**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1999.

STURZA, J.AI. **Lugar e não - lugar em Rondonópolis – MT**: Tese de Doutorado em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista/Rio Claro, 2005.

TEAO, Kalna, Mareto e LOUREIRO, Kliti. **História dos índios do Espírito Santo**. Vitória, ES: Ed. Do autor, 2009.

VICENTE, Gleidiana Aparecida Dantas. “**Território e Cultura: os Tupinikim de Caieiras Velhas**”. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) 2014.